

# **Grupos indígenas na fronteira oeste de Mato Grosso e suas Relações com os Militares brasileiros no Século XIX. \***

Profa. Dra. Marta Maria Lopes\*\*

Texto apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo RS,  
Seminário Temático *Os Índios na História: Fontes e Problemas*, 15-20 de julho de 2007

Favor citar corretamente!

Resumo: O objetivo deste trabalho é compreender como se davam as relações entre os índios e os militares na fronteira oeste da Província de Mato Grosso no século XIX, 1840-1850, pois estas não se resumiram a momentos de conflito e submissão ou barreira impeditiva da penetração de paraguaios e bolivianos em território brasileiro. Os militares foram atendidos pelos indígenas em trocas/comércio, no conhecimento da região, utilização de recursos naturais, no fornecimento de alimentos, cavalos, panos, etc. Os indígenas atuaram nas milícias, receberam patentes, como se pode constatar, nesse período bem anterior à Guerra com o Paraguai.

Abstract: This research is about indians and militars that lived in Brazil - Bolivia and Paraguay frontier, in XIX century – 1840-1850. Thats relationships wasn't only disagreement or conflict. The militars looked for provisions, natural resources, clothes, horses, and recieved, changed or bought that from living there indians. Also many indians worked in brasilian army like soldier many time before the Paraguay War (1865-1870).

Palavras Chave: Índios e Militares no século XIX; História dos Índios na Fronteira de Mato Grosso.

## **1. Introdução**

A fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, no século XIX, era guardada pelos fortes de Albuquerque, Casalvasco, Miranda, Príncipe da Beira, Coimbra e Olimpo, do

lado paraguaio. <sup>1</sup> Como se pode perceber, o conceito de fronteira que utilizamos aqui é aquele que se refere à divisa entre territórios de duas ou mais nações, quando analisamos as relações dos não-índios.

No que se refere aos índios, no entanto, as autoridades da Província de Mato Grosso afirmavam, por exemplo, que os Enimas eram índios *do Paraguai* que ultrapassavam a fronteira vindo a se relacionar com os *nostros índios* – Guaná ou Guaikuru. Porém, acreditamos que os grupos indígenas que viviam na região possuíam outros referenciais ligados aos seus territórios e de cada uma das etnias que lhes eram vizinhas, incluindo as áreas em que se localizavam os fortes, destacamentos, presídios mantidos pelos militares. Enfim, deveriam ter uma outra lógica, outra delimitação, na qual eles não eram brasileiros, paraguaios ou bolivianos e sim Kadiweu, Terena, e assim por diante. <sup>2</sup>

Os militares que atuavam nos fortes citados, por seu turno, acreditamos que estiveram ligados às tropas de 1.ª linha, que se constituíam numa força regular e paga. Os documentos aludem à necessidade de pagamentos dos cabos e soldados, mas não descartamos que também se organizaram milícias, tropas para-militares ou auxiliares, em momentos de necessidade de exploração do território e combates a grupos indígenas. <sup>3</sup>

Os grupos indígenas, levantados até o momento, que viviam na fronteira oeste de Mato Grosso eram: Terena - Guaná, Kinikinau, Laiana; Guaikuru – Paiaguá, Kadiweu, Beaqueu e Cotogueas; Enima; Kaiapó; Bororo – Coroado, Campanha e Cabaçais; Apicás; Guaraíós.

---

\* Este trabalho de pesquisa vem sendo realizado, por meio da atuação em dois grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. O primeiro, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Augusto Mário Isaac UFMT/Rondonópolis - MT *SIRIEMA – Sociedades Indígenas e Regionais: Identidade e Meio Ambiente*, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade de vida dos Boe-Bororo de Rondonópolis, MT. Nossa participação pretende fornecer documentos visando a elaboração de material didático para as escolas dessa etnia. O outro coordenado por nós, denominado *História e Historiografia: Comunidades e fronteiras no século XIX e XX*, estuda as comunidades indígenas na fronteira da Província de Mato Grosso no século XIX, e possui o apoio do CNPq com auxílio à pesquisa.

\*\* Universidade Federal de Mato Grosso, Centro Universitário de Rondonópolis/MT.

<sup>1</sup> O forte de Albuquerque se localizava próximo à cidade de Corumbá, MS; Casalvasco, se situava praticamente na divisa entre o Brasil e a Bolívia, entre Mato Grosso e Rondônia; Miranda, próximo à cidade de Miranda, MS; Coimbra e Príncipe da Beira se localizavam mais ao norte, no vale do Rio Guaporé.

<sup>2</sup> Por território estamos entendendo que é “(...) *um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços.*” FERNANDES, B.M. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. p. 03. <http://osal.clasco.org/espanol/html/documentos/Fernandez.doc>

<sup>3</sup> PEREIRA Fº, J.C. *Tropas Militares Luso-Brasileiras nos séculos XVIII e XIX*. Genealogia.org - [http://gens.fateback.com/gn\\_tropas.html](http://gens.fateback.com/gn_tropas.html)

As relações entre as diferentes etnias e as fortificações militares na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia devem ser merecedoras de um estudo que não identifiquem somente os momentos de conflito e submissão dos índios. Pretendemos demonstrar que a presença dos índios na história da fronteira mato-grossense não se dava somente com os não-índios *pacificando-os* e os aldeando. Os índios fizeram parte das fileiras militares brasileiras, muito antes da Guerra com o Paraguai; também presenciamos os militares no comando das aldeias criadas para *civilizar* os índios. Ali e em locais em que viviam originalmente, praticavam a agricultura, a pecuária e abasteciam os fortes, fazendo trocas comerciais. Porém, nos propomos aqui, a analisar o período de 1840 a 1850.

Salientamos, no entanto que este estudo ainda está em andamento e que novas informações podem alterar as afirmações aqui contidas.

## **2. Indígenas com patentes militares.**

Os documentos sobre essas fortificações, mostram os militares se queixando da situação de abandono em que viviam por estarem em regiões de difícil acesso. Também aludem à precária vigilância, devido à falta de soldados, armas e munição.

Para ilustrarmos, podemos mostrar que em 1840, em Albuquerque, havia uma fraquíssima força que não recebia o soldo há dezesseis meses.<sup>4</sup>

Em 1843, do Quartel de Miranda tivemos as seguintes notícias:

*A grande falta que aqui há de víveres me põe na necessidade de mandar vir da cidade uma porção de mantimentos para sustento da Guarnição. (...) A V. Ex<sup>a</sup>. rogo haja de facilitar os meios da condução logo que ele participe que a tem pronta, pois que atualmente a Guarnição do Presídio acha-se muito resumida, e não tenho uma canoa capaz para essa condução.*<sup>5</sup>

Em 1844, também era muito precária a situação do Forte Príncipe da Beira. A Fortaleza se encontrava coberta de imensa quantidade de ervas silvestres, tanto no exterior como interiormente. Havia falta de braços e ferramentas para consertá-lo. Todos os edifícios estavam *precisando de toda a classe de Polícia, pois já estão caminhando para um estado de dificultosa ratificação, (...) A ponte do portão da Fortaleza a [sic] 28 meses que se acha*

---

<sup>4</sup> Ofício de 16/nov/1840.

<sup>5</sup> Ofício de 31/Out/1843.

*desmanchada (...) e serve-se com uma escada no dito Portão, que também já necessita-se [sic] reformá-la. (...).*<sup>6</sup>

Havia queixas de falta de soldados para guardar, de inimigos internos, provavelmente os índios, tão vasta área, uma vez que os denominavam de *traidores*.

*(...) A força desta Fronteira se acha reduzida ao número mais pequeno que tenho visto em todo o tempo que a conheço, limitando-se a Guarnição dos três diferentes Pontos Militares em noventa e quatro praças de baionetas: força esta que a ninguém parecerá excessiva só para o Destacamento de Miranda em razão da distância que o separa do deste Quartel e de Coimbra, de onde a haver gente, e o mais imediato e pronto socorro em qualquer agressão que ali possa aparecer de inimigos internos; a vista de que sem dúvida alguma o duplo da força existente torna-se indispensável para ser dividida pelos referidos três Pontos desta Fronteira, atenta a sua localidade e a avultada soma de Índios que como nossos aliados divagam em toda ela, e que por mais de uma vez nos tem mostrado efeito da natural traição que os domina. (...) [grifo nosso]*<sup>7</sup>

Apesar de considerarem os índios *traidores*, lhes ofereciam patentes do exército. Tal procedimento nos causou estranheza, pois não aconteceu por causa da Guerra com o Paraguai e sim quinze anos antes, em 1850:

*(...) Parece-me igualmente conveniente prover de ferramentas de lavoura aos Índios oriundos de Chiquitos que habitam Casalvasco e os Guarayos [sic] moradores do Pão [Ilegível] cerne sobre a margem ocidental do Guaporé. Alguns Caiapós, Guanas, Guarycurus, Bororós e Cabaças foram brindados pelo Governo, como também uma porção de Apiacás, que vieram a esta Cidade e receberam ferramentas, roupas, e casais de gado de toda espécie. Deram-se patentes de Oficiais a diversos indivíduos da Nação Guanás.*<sup>8</sup>

Por estas palavras podemos verificar que em primeiro lugar os índios receberam presentes e em seguida também houve oferecimento de patentes.

A oferta de condecorações por causa da guerra é compreensível. Taunay em seus escritos sobre a presença indígena na Guerra com o Paraguai nos traz muitas informações sobre os Guaná, os Kadiweu e outros grupos. (TAUNAY, 1923, 2002).

Vasconcelos também afirma a importância do índio na defesa e expansão do território nacional e que os Guaná como os Mbayá-Guaikuru, Kadiwéu atuaram ativamente ao lado do exército brasileiro durante o conflito.<sup>9</sup> O seu recrutamento e engajamento se deu principalmente pela oferta de presentes, promessas de concessão de terras, além de uma verdadeira cruzada de voluntariamento. (VASCONCELOS, 1999, p. 87).

<sup>6</sup> Ofício de 31/Jul/1844.

<sup>7</sup> Idem NR 4.

<sup>8</sup> Ofício de 23/abr/1850.

<sup>9</sup> Afirma Vasconcelos: “Como saldo da guerra, alguns índios, (...) que se destacaram como lideranças no conflito (...) receberam condecorações pelos seus atos heróicos. (...) Tais títulos eram muito valorizados pelos índios, pois davam-lhes poder para se defenderem dos abusos praticados pelos portugueses. (Vasconcelos, 1999, p. 95)

Porém, o recrutamento foi anterior ao conflito, quando não havia necessidade de se tê-los como aliados e lhes oferecerem patentes.

Afirma o mesmo autor que era rotineiro o uso de mão-de-obra indígena para variados trabalhos, mas não nos mostra como se dava esse relacionamento com os militares.

(Idem, p. 87)

*Pela segunda Portaria ordena V. Exa. que eu remeta com a possível brevidade uma relação exata dos indivíduos deste Distrito que estão nas circunstâncias de serem recrutados. Logo que vi esta Portaria passei a examinar pelos moradores do Distrito aqueles, que estavam nas circunstâncias, e com bem pesar tenho a significar a V. Ex<sup>a</sup>, que aqueles que não se acham com Praça Militar se acha como Nacionais, e pela lei dessa Guarda Proibidas [SIC] do recrutamento, restando somente os índios Guanás, que civilizados podem fazer, qualquer serviço militar da Província, cuja relação deles não remeto a V. Ex<sup>a</sup>, por ignorar se devem, ou não servirem, o que a esse respeito fica esperando as ordens de V.Exa., que serão respeitosamente cumpridas.<sup>10</sup>*

Na citação acima transparece que havia necessidade de se recrutar homens para as fileiras militares e o encarregado dessa tarefa encontrou somente os Guaná desde que se tornassem civilizados.

Três anos após o acontecimento acima, do Quartel de Miranda, não tão distante de Albuquerque, chegaram alguns índios da *Nação Terena*, que vinham refugiados da República do Paraguai e foram recolhidos pelos Terena, de outra aldeia. Por parte dos índios estava um Capitão chamado Carjobi.

*Relação de Índios Terenas recém chegados no dia de hoje 13 de Setembro de 1843.*  
 Homens d'armas ----- 130  
 Crianças----- 27  
 Mulheres----- 133  
 Crianças----- 35  
 Total----- 325<sup>11</sup>

Em outras palavras haviam 130 Terena – homens d'armas e o *Capitão*, ou seja, militares.

### 3. Os militares e a *civilização* dos índios

A catequese, enquanto proposta nos aldeamentos do governo provincial, pressupunha a presença de um destacamento militar:

<sup>10</sup> Ofício de 16/Dez/1840.

<sup>11</sup> Ofício de 13/Set/1843.

*Em 1849, o presidente da província, major Joaquim José de Oliveira, posicionou-se contra a fundação de um aldeamento na região de Pau Cerne (...). Para o aldeamento estava previsto o envio de um destacamento militar no sentido de reprimir e manter a ordem dentro de seus limites. (VASCONCELOS, 1999, p. 79)*

No que diz respeito à região da fronteira de Mato Grosso, Vasconcelos se refere a essa política colocada em prática pelos espanhóis, de fundar aldeamentos nos territórios fronteiriços, formando a barreira que impediria os avanços bolivianos e paraguaios.<sup>12</sup>

Porém, a Diretoria Geral dos Índios e outras tantas autoridades, apenas se referiram à presença dos missionários Antonio de Molineto e Francisco de Bagnaia no Baixo Paraguai, em 1847.

A política oficial dos aldeamentos fracassou devido a dificuldades de se conseguir religiosos e civis que quisessem se dirigissem para esses locais pouco colonizados.<sup>13</sup>

Entretanto, não são poucos os documentos nos quais os militares se referem a estar cuidando dos índios, sem que haja os aldeamentos oficiais e tampouco sejam eles diretores de aldeias ou da Diretoria Geral dos Índios, no período em questão. Assim, supomos que os contatos que os militares tinham com os índios eram considerados como um tipo de trabalho *para trazer os índios à civilização*.

Se ainda somarmos as maneiras como o exército e os índios impediam as incursões dos paraguaios e bolivianos no território brasileiro, na espionagem e contra-informação, participação em enfrentamentos com os paraguaios e bolivianos, antes da Guerra com o Paraguai, seremos obrigados a admitir que os índios não apenas formariam barreiras, mas vigiavam a fronteira junto com os militares.

*(...) tendo em vista anterior ordem de V. Exa. para lhe transmitir qualquer notícia que pudesse adquirir daquele vizinho: julgo não dever deixar em silêncio as que nos tem chegado por alguns Guanás que àquele Forte tem ido a seus negócios. Dizem aqueles Índios que tanto dentro, como por fora do dito Forte se estão dando princípio a construção de casas em bom tamanho; e que ali se lhes dissera, que eram para acomodação da gente de Cuiabá quando entrasse a comerciar na cidade de Assunção (...)*<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Meirelles estudou as missões que se estabeleceram, ao sul do Rio Mamoré, como Concepción, San Javier, San Inacio, San Miguel, San José de Chiquitos, Santiago, Santa Ana, Santo Corazón. Os missionários e conquistadores espanhóis, denominavam os índios de Chiquitos. Essas missões eram a grande arma de defesa dos domínios espanhóis contra os avanços dos portugueses. (MEIRELLES, 1989, p. 95)

<sup>13</sup> Ver vasconcelos, 1999, p. 73-85

<sup>14</sup> Ofício de 17/Mai/1840.

No atrito internacional, devido à invasão dos paraguaios na região denominada Pico das Massas ou “Pão de Açúcar”, localizado há 18 léguas abaixo do rio Apa, em 1850, verificamos:

*Pela cópia nº 1 conhecerá V. Ex<sup>a</sup> que os paraguaios, depois de baterem o nosso destacamento do Pão de Açúcar, subiram o rio Paraguai e foram reforçar consideravelmente o Forte de Olimpo, mas conhecendo suponho que os índios Guaikurus, seus antigos capitães inimigos, indivíduos das imediações do Pão de Açúcar, pretendiam sitiá-lo ou bater naquele ponto, abandonaram o Forte levando a artilharia. Pela mesma cópia verá V. Ex<sup>a</sup> que tanto de Coimbra como de Miranda já havia sabida gente nessa guiada e auxiliada pelos Guaikurus para irem observar a posição ou destino das Forças Paraguaias e pela cópia nº 2 verá V. Ex<sup>a</sup> algumas providências já dadas e outras solicitadas estando estas já satisfeitas.<sup>15</sup>*

#### 4. Os militares e indígenas em relações comerciais

Os índios também estabeleceram relações comerciais com membros do exército.

Augusto Leverger, por exemplo, se mostrava muito preocupado com o caso dos

Enimas:

*Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que acaba de ser informado por Braz Pereira Mendes, a pouco chegado de Miranda (...) que tem continuado com freqüência por aquela parte da fronteira as relações de tráfico com os Índios Enimas (...) habitantes da República do Paraguai, não já por intermédio de outros Índios, mas diretamente, indo moradores de Miranda tratar com os mesmos Índios dentro do território da República<sup>16</sup>.*

*Quando eu tive em Olimpo, em 1840, o Comandante me disse, um tanto queixoso, que a embarcação que costuma trazer mensalmente viveres ao Forte encontrará gente nossa, negociando com os Enimas na margem do rio. (...) [O] Exmo Presidente que reiterou as ordens proibitivas a respeito.<sup>17</sup>*

Apesar da referida proibição, as relações comerciais continuaram, ao longo da década de 1840.<sup>18</sup> Em 1842, é sua Majestade, o Imperador do Brasil que se preocupa com o referido comércio:

*Acuso a recepção do ofício, que em 18 de Agosto próximo passado V.<sup>de</sup> me dirigiu, e interado [sic] do seu conteúdo (...) por ocasião de ser informado de que existiam relações de comércio ilícito entre os moradores do Presídio de Miranda, e os Índios-Enimas, que habitam a República do Paraguai e espero que V.M.<sup>de</sup> procurará por todos os meios ao seu alcance concorrer para que se mantenha a melhor inteligência, paz, e amizade com aquela República, como muito deseja o Governo Imperial.<sup>19</sup>*

<sup>15</sup> Ofício de 21/set/1850.

<sup>16</sup> Ofício de Agosto de 1842.

<sup>17</sup> Ofício de 18/Ago/1842.

<sup>18</sup> Vasconcelos também cita essas relações: “(...) Índios do Baixo Paraguai já mantinha [sic] relações comerciais e de trabalho com os demais habitantes da região” (Vasconcelos, 1999, p. 87)

<sup>19</sup> Ofício de 28/Nov/1842.

É importante também salientar que não eram somente os Enimas no Paraguai que faziam comércio. Os Guaná e os Guaikuru também o faziam:

*[Índios Kadiwéu] Orça bem mais de 800 seu número; divididos em diversas hordas, vagueiam em ambas as margens do Paraguai, de Coimbra e abaixo, estabelecendo-se temporariamente em um ou outro lugar (...) Procuram frequentemente as nossas povoações onde permutam cavalos e algumas cordas e outras obras de embira, por aguardente, machadinhas, facas, pano de algodão, fitas, chitas, baetas e prato para canudos com que fazem seus enfeites.*<sup>20</sup>

Uma clara referência ao forte de Coimbra se encontra na citação acima, nos permitindo inferir que os militares estavam envolvidos nas trocas citadas. As áreas das fortificações eram marcadas por dificuldades de acesso, daí o recebimento de víveres e outros materiais serem extremamente precárias.

Os locais onde se encontravam eram muito mais povoados por grupos indígenas do que por não-índios. Assim, os militares efetuavam compras de víveres, cavalos, canoas, dos índios. Esse comércio não respeitava as demarcações fronteiriças do Brasil.

O que ocorria, provavelmente, era que muitas e diferentes etnias praticavam a agricultura (arroz, milho, mandioca, etc.), a pecuária (cavalos e gado), o artesanato (tecidos de algodão) e outras atividades, que serviam não somente à sua subsistência, como também ao comércio com os habitantes da fronteira, seja do lado brasileiro ou paraguaio.

Porém, não se tem notícia até o momento, de que os militares e os índios tenham sofrido qualquer tipo de repressão. Daí inferimos que essas relações comerciais eram aceitas pelos militares das fortificações e destacamentos e lhes faziam vistas grossas. Os índios não só vendiam como também pilhavam no Paraguai para comercializarem aqui no Brasil e vice-versa.

## 5. Considerações finais

Consideramos que a presença dos indígenas nos meios militares, dos fortes e destacamentos, na área de fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia, pode trazer mais informações inéditas e contribuir sobremaneira para se compreender melhor a história dos indígenas no Brasil.

---

<sup>20</sup> Livro Diretoria Geral dos Índios: 1848 – 1860, n.º6.

Esses grupos humanos tiveram papel marcante em numerosos acontecimentos, situações, no decorrer do século XIX, na Província de Mato Grosso, não somente por seus *ataques*, as suas *correrias*, tampouco pelas bandeiras que os obrigaram a viver aldeados, mas por sua presença em muitas atividades, junto a autoridades locais e também no conflito com o Paraguai.

## **6. Bibliografia**

### **6.1. Documentos do Arquivo Público de Mato Grosso**

**Livro da Diretoria Geral dos Índios:** 1848 – 1860, n.º6 – 101 – Arquivo Público de Mato Grosso.

**Ofício** de 16/nov/1840, Quartel de Albuquerque, de José Routh de Pinho, Capitão Coronel Militar, para José da Silva Guimarães, Presidente da Província de Mato Grosso

**Ofício** de 16/Dez/1840, de Antônio de Serra Benavides para José da Silva Guimarães, Presidente da Província de Mato Grosso, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Albuquerque 6º Distrito da cidade de Cuiabá.

**Ofício** de Agosto/1842, de Augusto Leverger, Cônsul do Brasil no Paraguai, para o Comendador José da Silva Guimarães Presidente da Província.

**Ofício** de 18/Ago/1842, de Augusto Leverger para Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

**Ofício** de 28/Nov/1842, de Augusto Leverger, à D. Pedro II, Rio de Janeiro.

**Ofício** de Miranda 13/Set/1843, de Joaquim Pires da Veiga, Juiz de Paz do 8º Distrito, para Manuel Alves Ribeiro, Vice-Presidente da Província de Mato Grosso

**Ofício** do Quartel em Miranda 31/Out/1843, de Sirino José de S. Lima, Tenente Cel Comandante de Miranda a José da Silva Guimarães, Presidente da Província de Mato Grosso.

**Ofício** de 31/Jul/1844, Capitão Secretário Interino João de Lima [Ilegível] ao Comandante Geral das Fronteiras de Mato Grosso Francisco de Salles Maciel.

**Ofício** de 23/Abr/1850, de Joaquim Alves Ferreira, Diretor Geral dos Índios ao Coronel João José da Costa Pimentel, Presidente e Comandante das Armas da Província de Mato Grosso.

**Ofício** de 21/Set/1850 de João José da Costa Pimentel à Sua Magestade o Imperador do Brasil.

## 6.2. Obras consultadas

ALMEIDA, R. H. O **Diretório dos índios**: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

CARVALHO, S.M.S. Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In CUNHA, M. C. (org) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1998. p. 457-474

CUNHA, M.C. (org) **Legislação indegenista no século XIX**: uma compilação: 1808-1889. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. Introdução a uma história indígena. In CUNHA, M. C. (org) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1998. p. 9-26.

FERNANDES, B.M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. p. 03.** <http://osal.clacso.org/espanol/html/documentos/Fernandez.doc>

FIGUEIRA, D. G. **Soldados e negociantes na guerra do Paraguai**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP: FAPESP, 2001

GLÉNISSEON, J. **Iniciação aos estudos históricos**. 3 ed. Trad. Pedro Moacyr Campos e Emília Viotti da Costa. São Paulo: DIFEL, 1979.

MEIRELLES, D. M. **Guardiães da fronteira**. Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes. 1989.

MONTEIRO, J.M. O desafio da história indígena no Brasil.in SILVA, A. L. GRUPIONONI, L.D.B. (orgs) **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

PEREIRA Fº, J.C. **Tropas Militares Luso-Brasileiras nos séculos XVIII e XIX**. Genealogia.org - [http://gens.fateback.com/gn\\_tropas.html](http://gens.fateback.com/gn_tropas.html)

**Povos Indígenas no Brasil** - <http://www.socioambiental.org/> -

SILVA, V. C. **Missão, Aldeamento e Cidade**. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901). Várzea Grande - MT. 01/04/2001.\_1v. 162p. Mestrado UFMT.

TAUNAY, A. E. **Campanha de Mato Grosso – Cenas de Viagem**. São Paulo: livraria do Globo, 1923.

\_\_\_\_\_ **Diário do Exército, campanha do Paraguai, 1869-1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

VASCONCELOS, C. A. **A questão indígena na província de mato Grosso**; conflito, trama e continuidade. Campo Grande, MS: Editora UFMT,1999